

Elites locais e *changadores* no mercado atlântico de couros (Rio Grande e Soriano, 1780-1810)¹

Changadores and local power in the Atlantic market of hides
(Soriano and Rio Grande, 1780-1810)

Tiago Luis Gil²
tiagoluisgil@gmail.com

Resumo: Tomando dados que apontam as relações de grupos subalternos (quase sempre associados ao caos social e ao crime), indígenas e escravos com membros das elites locais na região oriental do Rio da Prata, o artigo salienta a importância destas relações para desenvolvimento e manutenção de negócios atlânticos que envolviam o comércio de couros, tabaco, aguardente e escravos. O texto analisa também as estratégias sociais de criação destas redes e sua extensão geográfica, alinhavando pontos entre Buenos Aires, Rio de Janeiro, Lisboa e Madrid, sem descuidar dos vizinhos da Lagoa Mirim.

Palavras-chave: contrabando, comércio atlântico, redes sociais.

Abstract: Taking into account data showing the relationship of subaltern groups (frequently associated with social chaos and criminal life), indigenous and slaves with members of local elites in the eastern part of the River Plate, this article emphasizes the importance of these relationships for developing and maintaining Atlantic business which meant trade of hides, tobacco, rum and slaves. The text examines the social strategies of the creation of these networks and their geographic extensions, between Buenos Aires, Rio de Janeiro, Lisbon and Madrid, without neglecting the Mirim Lagoon neighbors.

Keywords: smuggling, Atlantic market, social networks.

Seria bastante factível que, no final do século XVIII, um sujeito nascido nos sertões de Angola fosse vendido em uma *pulperia* no povoado de Santo Domingo Soriano, nos chamados “Campos de Montevideo”. Seria igualmente factível que o seu comprador empregasse seu novo servo nas corridas de gado, para a obtenção de couros. O destino deste couro seria bastante diverso, podendo até mesmo ir parar na terra natal daquele cativo.

O que tornava possível este cenário era uma série de conexões comerciais, que se confundiam com diversas outras formas de relacionamento, como casamentos, trocas de presentes, entre muitas outras. O esforço de manutenção deste contexto envolvia toda uma gama de sujeitos, entre negociantes, peões, escravos,

¹ Agradeço a Bruna Sirtori, Cássia da Silveira e Jonas Vargas pelas discussões que viabilizaram este texto.

² Professor do Departamento de História, Universidade de Brasília.

marinheiros, elites locais e os chamados *changadores*, gente que estava ocupada diretamente na extração de couros dos animais que habitavam a parte leste do Rio da Prata.

Este texto também é uma tentativa de história atlântica que inclua os elementos menos prestigiados daquele mundo, mas não apenas os escravos. Neste caso particular, vamos dar alguma atenção àqueles grupos menos destacados que habitavam a fronteira entre os terrenos portugueses e espanhóis, entre os quais se incluíam os *changadores*. Estes grupos, ainda que difamados pelas autoridades, se constituíam na base social para as principais elites da fronteira sul da América lusa, bancando seu cacife político e se constituindo na mão de obra necessária à extração do couro. Sem estes personagens, a manutenção das redes que davam suporte ao mercado atlântico estaria comprometida.

Não vamos nos deter no tráfico de escravos, que já foi tema de inúmeros trabalhos (ver Florentino, 1997). Ficaremos na rota Rio de Janeiro – Rio Grande, passando daí para a campanha da Banda Oriental, até Soriano, com fumos e escravos e retornando daí com couros. É possível fazer todo este percurso sem se afastar das imediações da fronteira do Rio Grande, ponto nevrálgico daquela rota, de forma a perceber como as elites locais se integravam perfeitamente no corpo do Império Luso e na encruzilhada da economia atlântica. O estudo desta pequena rota e daqueles míseros *changadores* pode contribuir para aperfeiçoar o conhecimento que temos sobre o mercado atlântico de inícios do XIX.

Rio Grande e Soriano não eram exatamente localidades centrais na economia atlântica, pelo contrário. Mas é justamente no estudo destas regiões periféricas que podemos encontrar elementos para se pensar o funcionamento daquele vasto cenário oceânico, especialmente se nos ativermos às relações desta pequena fração com o todo. O Atlântico não era o horizonte de vida dos *changadores*, mas o trabalho deles era fundamental para a existência daquele universo.

En trajes de gauderios

Após os conflitos bélicos entre portugueses e espanhóis, na banda oriental do Rio da Prata, acabados em 1777, as duas Coroas haviam estabelecido formalmente seus limites e enviaram demarcadores para acertar as linhas divisórias. As principais localidades existentes naquelas paragens eram Rio Grande, Colonia, Montevideo e Santo Domingo Soriano. A produção de coiramas era feita nas proximidades da Lagoa Mirim, do Rio Cebollatí e das cabeceiras do Rio Negro, áreas localizadas entre Montevideo e Rio Grande (Coni, 1942; Paula Cidade, 1948).

O impacto mercantil daqueles negócios era expressivo. Pelo lado espanhol, somente a localidade de Santo Domingo Soriano exportou, entre os meses de abril e dezembro de 1796, cerca de 27.130 couros para Montevideo e Buenos Aires, entre outros destinos (Gelman, 1998). Pelo lado português, as cifras eram igualmente significativas: o valor anual de couros exportados pelo porto de Rio Grande, entre 1790 e 1797, esteve sempre acima de 100 contos de réis, ultrapassando os 300 contos em 1805. Para termos uma referência deste valor, em 1815 o valor médio de um escravo vendido em Rio Grande era de 120\$000 (Osório, 2007). Em 1787, foram remetidos daquele porto cerca de 69.570 couros (IHGB, DL 47, 05). Entre 1790 e 1794, o couro representou 32% do total das exportações do porto de Rio Grande, totalizando 692.605\$000 réis (AHU-RS, cx. 3, doc. 291). Aquelas áreas entre a Lagoa Mirim e Soriano eram palco de uma expressiva produção de coiramas nos últimos anos do XVIII e princípios do XIX.

Estes negócios não eram indiferentes à Corte em Madrid. Em setembro de 1785, partia para aquela cidade uma carta do Intendente de Buenos Aires, Francisco de Paula Sanz, destinada ao Ministro José de Gálvez, dando notícias nada agradáveis sobre o estado dos “Campos de Montevideo”:

[...] lo peor de todo es que en medio de ella los Portugueses son hoy los que más disfrutan, comprando cuantos cueros se faenan clandestinamente, o haciéndolos por si y con partidas en nuestros campos: de modo que en este último correo he visto carta de Dn. Federico Oppe, cónsul de Dinamarca en Málaga, en que dice estarse vendiendo en Europa mas baratos los que van por la vía de Portugal, que los de por nuestros puertos [...] (AGI, GOB-BSAS, 333).

Em maio de 1786, Sanz tornava ao assunto, desta vez ao Marques de Samora, Vice-Rei de Buenos Aires:

[...] el comercio de cueros, sin duda será mas útil en Europa para los puertos de Portugal que para los nuestros, pues el de aquí no puede de modo algún, según sus costos, darlos cueros al precio que los portugueses teniéndoles de cuenta un casi doscientos por ciento mas que a los otros y es indispensable camine a largos pasos a su destrucción este ramo, único para el giro en estas provincias (AGI, GOB-BSAS, 333).

Os registros sobre a extração de couros nos terrenos espanhóis ao leste do Rio da Prata são diversos e numerosos. Incluem os relatos pessimistas de Francisco de Paula Sanz, que mencionou esta extração muitíssimas vezes, assim como crônicas de viajantes e demarcadores



Figura 1. Mapa das localidades produtoras de couro na margem direita do Rio da Prata (1790-1810).

Figure 1. Map of sites producing leather on the right banks of the river Rio da Prata (1790-1810).

de limites, devassas e documentação fiscal das próprias autoridades ibéricas. No relato de suas viagens pelo Rio da Prata, de 1773, Concolorcorvo já falava das extrações de couros realizadas naquelas regiões:

El principal renglón de que sacan dinero los hacendados es el de los cueros de toros, novillos y vacas [...] Por el número de cueros que se embarcan para España no se pueden inferir las grandes matanzas que se hacen en Montevideo y sus contornos, y en las cercanías de Buenos Aires, porque se debe entrar en cuenta las grandes porciones que ocultamente salen para Portugal y la multitud que se gasta en el país (Concolorcorvo, 1942, p. 31).

Anos mais tarde, os demarcadores espanhóis José Maria Cabrer e Andrés de Oyarvide descreveram o mesmo cenário, mas com maior detalhamento. As referências em Cabrer são irregulares. Ele fazia apontamentos de acordo com a ocorrência de problemas ou com a passagem por locais onde teriam ocorrido eventos relacionados ao contrabando e ao trabalho dos *changadores*, para ele, responsáveis pela deterioração dos frutos do campo: “pues a penas se anda una legua de terreno, sin encontrar recientes despojos y evidentes vestigios de las crecidas faenas que han permanecido por mucho tiempo en este trato. Objeto es este, a la verdad, digno de toda la atención del gobierno” (Cabrer, 1801, p. 200).

Oyarvide era mais cuidadoso. Concordava que a dizimação dos gados na Banda Oriental se dava “[...] por las correrías que hacen en ellos los dicho Minuano y changadores incesantemente para conducirlos hacia la

parte de Portugal [...]”, mas fez observações ainda mais pontuais. Ao chegar às proximidades do Rio Cebollatí, o demarcador notou que naquelas terras havia muitos “[...] changadores, nombre que dan a las gentes que se emplean en estas faenas de matanza de reses [...] hacen sus cueros y tratan con los Portugueses del Rio Grande, que se los compran a cambio de bebidas, tabaco negro y algunas ropas” (Oyarvide, 1866). Adiante no texto, o autor explica que os ditos “changadores” levavam os couros em cargueiros até o Rio Cebollatí, seguindo em canoas até o Rio Grande. Oyarvide não ficou apenas nos territórios espanhóis que ajudou a demarcar. Andou também nas proximidades da Lagoa Mirim, onde, frente à estância do coronel Rafael Pinto Bandeira, observou que os cavalos do coronel possuíam “[...] la marca de los vecinos españoles de Corrientes, Santa Fe y Montevideo” (Oyarvide, 1866, p. 186).

As extrações de gado realizadas entre Santo Domingo Soriano e a Lagoa Mirim eram realizadas por diferentes tipos de produtores. A exportação legal de couros de Santo Domingo para outras localidades, analisada por Jorge Gelman, indica predominantemente dois tipos envolvidos naquele mercado, os estancieros e os *pulperos*, negociantes de loja estabelecidos naquelas paragens que também atuavam como atravessadores. Os estancieros produziam seus próprios couros de venda e, ainda que pudessem comprar de outros produtores, eram os *pulperos* os principais compradores de uma diversidade de coletores que atuavam naqueles campos, a grande maioria, de pequeno porte (Gelman, 1998).

Parte significativa destes produtores atuava na “colheita” dos animais no campo para a retirada dos cou-

ros, as chamadas *faenas*. Estes eram os nossos conhecidos *changadores*, e a correspondência entre as autoridades locais com Buenos Aires e desta cidade com Madrid nos apresenta uma forte preocupação em perseguir aqueles produtores, associados ao contrabando e ao crime. A correspondência trocada entre 1782 e 1784 por Antonio Pereira, comandante da campanha e tenente de Milícias de Montevideo, e o Vice-Rei de Buenos Aires, Juan José de Vertiz, é exemplo disso. Nestas cartas, Vertiz dá ordens a Pereira para que combata as coiramas próximas à Lagoa Mirim, envie para Montevideo couros apreendidos (ao longo deste período são mencionados cerca de 5.200 peças apreendidas), entre outras providências. Os *changadores* eram apresentados como um grupo “descolado” do contexto local, ora vinculado aos portugueses, ora aos minuanos ou guaranis, responsáveis por um clima de descontrolo e caos.

Dois casos mencionados nesta correspondência são particularmente relevantes ao tema da estrutura produtiva de couro nestas regiões. Numa carta de 7 de novembro de 1783, Vertiz felicitava Pereira pela atuação contra vários *faeneros* que extraíam couros nas proximidades de Los Olimares³. Eles estariam a serviço de Dona Maria de Alzaybar, viúva do ex-Governador de Montevideo, José Joaquim de Viana. Apesar da imagem de desordem e caos transmitida pelas fontes, parece claro que pelo menos alguns daqueles *changadores* estavam muito bem relacionados e vinculados aos grupos de poder local (AGI, GOB-BSAS, 333).

Dias depois, em 20 de novembro, Vertiz prevenia Pereira de um possível ataque de “cuarenta bandidos portugueses” à guarda espanhola. Na ocasião, o vice-rei indicava algumas medidas: uma instrução ao tenente de *Blandengues* Don Andrés Martines, o envio de seis exploradores “[...] en trajes de gauderios [...]” e a arregimentação de pessoas, “[...] conchabando la gente necesaria a impedir aquellos anunciados excesos” (AGI, GOB-BSAS, 333). Pensemos primeiro nos portugueses. Que grupo poderia organizar 40 homens para um ataque aos oficiais espanhóis? É difícil responder com exatidão, mas tal iniciativa, se de fato existiu, não seria obra de quaisquer desordeiros, a ponto de atemorizar o vice-rei do Rio da Prata.

A preparação dos oficiais espanhóis, contudo, parece ser mais interessante. Além de se utilizar das forças regulares, através do corpo de *Blandengues*, usaram formas locais para resolver o problema: a exploração do terreno com gente disfarçada de *gauderios* (nativos de vida errante, também associados ao trato com gado, ao contrabando e às *faenas*) e uso do *conchavo*, forma bastante usual de agregar trabalhadores (guerreiros, neste caso) nas estâncias

da região. A própria Maria de Alzaybar deve ter se valido desta forma de contrato para agregar aqueles *changadores* que mantinha em *Los Olimares*.

Este mesmo tipo de relação, que garantia o funcionamento do sistema de extração de couros, é visível em outro documento, no qual Antonio Pereira passava de interlocutor a assunto:

[...] que el Juan Pedro ha comprado partidas de cueros a unos hombres vagos que llaman gauchos, los que faenavan cueros en los citados campos, con la seguridad de que no se los embargarían, siendo para dicho Don Juan Pedro por quien compraban a los precios que señalaba, no atreviéndose la partida destina para celar aquellos campos a embargar los cueros ni aprehender a los gauchos por tener mandado el comandante que fue de la campaña Don Antonio Pereira que se tolerasen siempre que llevasen licencia o papeleta del referido Don Juan Pedro [...] (AGI, GOB-BSAS, 333).

Neste trecho da carta de Pedro José de Balestreros a José de Gálvez, Ministro de Estado em Madrid, é mais uma vez saliente a forma como a extração aparentemente desenfreada e caótica de couros da campanha estava muito bem estruturada a partir dos poderes locais. No caso, um dos maiores negociantes de Montevideo, Juan Pedro de Aguirre, mantinha acertos com Antonio Pereira, responsável pelo próprio controle e combate daquelas extrações. Da mesma forma fica saliente o vínculo entre os “gauchos” (outro sinônimo de *changador*) e aqueles expoentes da elite local. O mesmo documento que pretende criar uma imagem de homens desocupados e sem rumo nos indica a forte vinculação social mantida por eles.

Esta não foi a única acusação feita a Pereira. Ele estaria igualmente vinculado à matança de animais pertencentes aos guaranis estabelecidos nas missões do Rio Uruguay, com os quais mantinha vínculos e de quem recebeu apoio, quando de sua destituição do posto, ainda em 1784. Os guaranis destas missões mantinham rebanhos com o igual objetivo de extrair os couros, ainda que extrações daqueles indígenas em outras regiões fossem igualmente registradas. Há diversos registros que indicam a ligação entre eles e Pereira, inclusive declarações de apoio daqueles aldeados ao comandante (AGI, GOB-BSAS, 333).

Tanto guaranis como minuanos atuavam na extração de couros. Os minuanos são citados pelos espanhóis como “infeles” em diversas fontes, associados sempre aos portugueses com quem mantinham negócios (Coni, 1942). Os guaranis que atuavam nas *faenas* clandestinas eram mencionados como desertores e igualmente perseguidos.

³ Provavelmente junto ao Rio Olimar, afluente do Rio Cebollati, que deságua na Lagoa Mirim.

Tal foi o caso de Chuanora, “indio tape” que teria reunido uma “toldería” com outros guaranis desertores da missão de San Nicolás. Ele teria sido morto em 1785, junto com outros seis, em um embate com uma guarda espanhola. Nesta ocasião, teriam contado com o apoio de um “cacique minuano infiel”, que acolheu as mulheres que habitavam com aquele líder (AGI, GOB-BSAS, 333).

Em outra operação de combate às *faenas*, um grupo de guaranis “desertores”, liderados por Juan Vera, também ocupados nas extrações de couros, conseguiu fugir, sendo que outros tantos foram reintegrados às suas missões originais. Estes instantâneos daquelas regiões nos indicam uma diversidade de agentes atuando na coleta e trato do couro, vinculados entre si através de diversos arranjos. Certamente os grupos mais ligados ao trabalho de coleta não atuavam naquele mundo de modo caótico, como sugere a correspondência das autoridades espanholas, mas dentro de um quadro hierárquico perfeitamente conhecido e com chancela, apoio e *conchavo* das elites locais, portuguesas, espanholas, guaranis e minuanas. Ignorar estes grupos significava afastar-se daquele negócio. Mas aquilo não era para todos.

Conchavos e conchinhas: quem os semeava e quem as colhia

Em janeiro de 1786, uma partida espanhola, comandada por Juan José Varela, foi em busca de uma embarcação roubada repleta de couros de contrabando. Ela havia passado nas proximidades do acampamento de demarcação de limites, provocando a ira dos espanhóis e a “indiferencia” dos portugueses. Ela foi encontrada por volta do dia 19 daquele mês, próxima ao Arroio dos Arrepentidos, sem gente, sem couros e danificada. Uma milha depois foram encontrados os couros em outra canoa, que, acompanhada de uma terceira, tratava de colher conchas a mando do Coronel Rafael Pinto Bandeira e com passaporte deste.⁴

Antes de continuar, importa dizer que Rafael Pinto Bandeira foi o comandante da tomada de Santa Tecla, no movimento de retomada dos territórios lusos, em 1776. Ele foi investigado em diversas oportunidades, sendo acusado de contrabando em todas, para sair ileso e ser feito Brigadeiro pela Rainha em 1790. Nos anos 1780, exerceu o governo da Capitania por mais de uma vez, distribuindo terras, ordenando prisões e solturas (Silva, 1999; Gil, 2003). Qual seria seu interesse por conchinhas?

Fato é que os couros foram apreendidos e os marinheiros detidos. O comandante do grupo, um Cabo da

Cavalaria Ligeira, apresentou suas justificativas: estava colhendo conchas para fazer cal quando encontraram os couros e resolveram embarcá-los. Os espanhóis não acreditaram. O couro foi parte queimado, parte cortado, parte distribuído entre os marinheiros de Pinto Bandeira. O relato foi feito por Juan José Varela em 2 de fevereiro. Um dia depois, o governador do Rio Grande, Sebastião Cabral da Câmara, escrevia ao comissário espanhol José de Varela y Ulloa exigindo explicações e desculpas, pois já estava informado de tudo.

O comissário espanhol tomou maiores informações junto a outros oficiais presentes na cena, o que só acrescentou mais cores ao relato feito por Juan José Varela. Diante destes relatos, Varela y Ulloa respondeu ao governador do Rio Grande em tom acusador, apontando aquela autoridade como conivente com o contrabando praticado por Rafael Pinto Bandeira e sugerindo que o governador “[...] no me hubiera escrito una palabra sobre los [couros] que mandó cortar Dn Juan José Varela sino se hubieran encontrado en una canoa del Coronel Dn. Rafael Pinto Bandeira” (AGI, GOB-BSAS, 073).

Na sequência, o comissário espanhol escreveu ao vice-rei de Buenos Aires, o Marques de Loreto, que por sua vez informou ao Marquês de Sonora, ministro em Madrid. Por seu turno, o Governador Cabral da Câmara fez o mesmo relato (entendido a sua maneira) ao Vice-Rei Luis de Vasconcelos. Nem as autoridades espanholas, nem o Vice-Rei Vasconcelos acreditaram na história das conchinhas. Este último falaria sobre o ocorrido em um ofício dirigido ao Secretário de Estado e Ultramar Martinho de Melo e Castro (ofício do vice-rei sobre o Rio Grande de São Pedro, *In*: RIHGRS, 1929), no qual narrava os incidentes, dando detalhes sobre as práticas rotineiras de Rafael Pinto Bandeira:

[...] empregado neste indigno modo de vida debaixo dos nomes supostos de pessoas, a quem confia o manejo de semelhantes negócios, em que também os interessa a fim de guardarem melhor o segredo muito recomendado a sombra da conveniência certa e infalível e de um tão grande protetor que os tolera, permite e desfruta sem a menor contradição.

Vasconcelos se referia àquelas pessoas ocupadas diariamente no contrabando que trabalhavam para Pinto Bandeira. Ele sugere um acerto entre aqueles trabalhadores e uma parcela da elite local para a continuidade de um comércio ilícito que beneficiava a ambos. Mas quem seriam aqueles homens? Sabemos que estavam ocupados na

⁴ Encontramos documentos sobre esta apreensão tanto na documentação portuguesa (vide: Arquivo Nacional. Códice 104. Volume 08) como na documentação espanhola (vide: Archivo General de Indias. Sevilla, Espanha. Coleção Buenos Aires, Processo 073).

posição de marinheiros, e um, particularmente, era Cabo de Cavalaria Ligeira, milícia comandada pelo próprio Pinto Bandeira.

Os documentos espanhóis podem novamente trazer pistas para nossa investigação. No informe feito ao Marques de Loreto, Varela y Ulloa acrescenta que o Cabo de Milícia que estava em uma das embarcações lusas era “[...] un mulato, que lejos de celar los intereses de S.M.F. [Sua Majestade Fidelíssima] sirve con toda eficacia a su Coronel en el comercio de contrabando” (AGI, GOB-BSAS, 073). Na mesma carta, salientava que as testemunhas ouvidas pelo governador do Rio Grande, Sebastião Cabral da Câmara, provavelmente os marinheiros ou outros presentes naquela cena, eram “gentes de raza africana, cuyo testimonio nada vale en juicio, ni fuera de el [...]” (AGI GOB-BSAS, 334).

Tendo em conta estes detalhes, pode-se sugerir que os marinheiros e outras pessoas empregadas em atividades de contrabando sob ordem de Rafael Pinto Bandeira estavam muito vinculados à senzala, sendo difícil saber se eram escravos ou se haviam sido. No inventário de Pinto Bandeira, feito dez anos mais tarde, em 1796, era listados um “hiate” com três escravos marinheiros (APERGS, Inventário de Rafael Pinto Bandeira, 1º COAPA, nº 211, maço 13). Há outros relatos de embarcações ocupadas no contrabando em que os marinheiros eram escravos. Em fevereiro de 1784, eram apreendidas quatro canoas portuguesas que navegavam na Lagoa Mirim no comércio ilícito. Pelo menos duas delas possuíam cativos naquela ocupação, sendo que a tripulação da canoa *Nossa Senhora da Piedade e São José* era formada exclusivamente por eles (AGI, GOB-BSAS, 070).

Outros grupos também apoiavam aqueles negócios. Em uma devassa ocorrida em 1787, Rafael Pinto Bandeira foi mencionado como proprietário de diversas embarcações, sendo que em um testemunho, o de Tomé Pedro da Costa Ramos, Capitão de Infantaria, há a informação de que os marinheiros seriam indígenas, comandados pelo “patrão” Manuel Cristóvão, que igualmente era piloto de uma das embarcações oficiais dos portugueses na demarcação de limites (AN, cód. 104, vol. 09). A figura de Manuel Cristóvão, neste caso, parece ser mais um exemplo de que a aparente desordem daqueles terrenos entre a Lagoa Mirim e Soriano era bastante ordenada pelos poderes locais e impossível de ser “descolada” do mundo dos próprios observadores. Gente como Oyarvide e Cabrer, narradores críticos daquela paisagem, conviveram de perto com Cristóvão, que poderia figurar em qualquer lista de “desordeiros”.

O mesmo se pode dizer daqueles indígenas, fossem minuanos ou guaranis. Estes últimos aparecem pontualmente como perturbadores da ordem na documentação

oficial espanhola. Alguns se dedicaram às *faenas* para extração do couro e contrabando, como já vimos. Não teria sido por acaso que Rafael Pinto Bandeira se casou, em segundo matrimônio, com Maria Madalena, uma das “índias tape” aldeadas, ainda que tenhamos pouca referência sobre os recursos adquiridos neste matrimônio (Silva, 1999).

Conhecemos mais o casamento, anos antes, 1761, de Rafael com Bárbara Vitória, filha do cacique minuano Dom Miguel Carai. Este matrimônio foi um dos pontos culminantes entre o contato dos minuanos com os ancestrais de Rafael, da família Brito Peixoto, que se iniciara em começos do século. A morte de Bárbara, algum tempo depois, não representou ruptura naquelas relações. Dom Miguel e Pinto Bandeira seguiram tratando de negócios ainda nos anos 1780, até mesmo a serviço da administração régia, como no caso da aceitação de diversas tribos à Coroa lusa, segundo pedido dos próprios minuanos, em 1784 (Silva, 1999).

A elite local soube cooptar uma densa base social, assentada no apoio de guaranis, minuanos e africanos (e descendentes). Sem eles não seria possível colher conchinhas, fazer contrabando, deter avanços espanhóis em tempos de guerra e colocar-se de forma eficaz em postos de mando, inserir-se em redes atlânticas, assim como cometer diversos delitos de forma impune. Mas não era somente com o apoio daqueles grupos que se podiam manter os poderes locais. A família, a boa convivência com os poderes centrais e uma conturbada relação com outros grupos (que envolvia inclusive demonstrações públicas de força e intimidação) eram importantes para aquele fim.

Um episódio insignificante da fronteira, uma curiosa apreensão de couros, acionou toda uma estrutura governativa, que envolvia os oficiais régios para a demarcação de limites, os representantes locais de Lisboa e Madrid, os vice-reis e as respectivas cortes. Tudo isso para resolver sobre as atitudes de alguns poucos e míseros marinheiros comandados por um cabo a mando de uma parcela de uma elite local. Toda esta polêmica teve início na revolta do governador português, Sebastião Cabral da Câmara, contra as autoridades espanholas. Ele acusava o comissário espanhol Dom José Varela de atuar com paixão, pelo fato da apreensão ter sido feita por seu filho. Em resposta, Varela nos traz alguns elementos para pensarmos a profusão do problema:

[...] sólidos fundamentos tengo yo para decir a V.S. que todo su empeño en el caso presente procede de que el champán y la canoa grande pertenecen al Coronel Rafael Pinto Bandeira. Del champán nadie lo ignora y de la canoa lo saben muchos [...] pero cuando se trata de las embarcaciones del coronel dn. Rafael Pinto

Bandeyra me escribe. VS. de oficio y faltando a las leyes de la equidad y justicia me pide satisfacciones de un hecho en que los portugueses fueron los agresores. Esta si que es pasión S.r Gobernador, y muy reprehensible por cierto, por que el citado Coronel en calidad de Segundo de V.S. y comandante de este continente tiene una estrecha obligación de conformarse con lo dispuesto por los dos soberanos, que han declarado la Laguna de Merin neutral, y prohibido que entren en ella sus respectivos vasallos [...].

Alguns anos antes, em 1779, Rafael Pinto Bandeira havia sido preso pelo Governador José Marcelino de Figueiredo e enviado para o Rio de Janeiro para ser submetido a um Conselho de Guerra, tribunal militar que julgaria o desvio de bens da Real Fazenda durante a campanha contra os espanhóis. O processo acabou com final favorável a Pinto Bandeira. A mesma portaria que restituiu Rafael ao seu posto destituiu Marcelino do seu, sob ordens do Vice-Rei Luis de Vasconcelos e Souza (AHRS, F1244, 188). O mesmo governador, algum tempo antes, se queixava que naquela capitania “[...] o Governador não tem a autoridade que Sua Majestade lhe confere” (AN, cód. 68, vol. 02, 220). No lugar de Marcelino, assumiria o já referido Sebastião Cabral da Câmara. Ao longo da década, ele tomaria uma postura muito alinhada com os Pinto Bandeira, como bem acusava o oficial espanhol. A própria relação do novo governador com o Vice-Rei Luis de Vasconcelos estaria mediada por esta proximidade com os poderes locais, o que geraria um constante conflito entre as duas autoridades (Silva, 1999; Gil, 2003).

A relação de Rafael com os poderes centrais foi, durante muito tempo, matizada na força política e militar e na base social que este sujeito dispunha. O próprio vice-rei mantinha-se acautelado no trato com Rafael, admitindo diversos abusos para mantê-lo como aliado por uma suposta capacidade que este tinha de “[...] espantar os espanhóis [...]” (RIHGRS, 1929, 28), o que lhe garantiu uma quase invulnerabilidade ao longo da década de 1780, época em se passou o caso das conchinhas. Após outra série de investigações contra si, realizadas em 1787, este sujeito foi ao Rio de Janeiro e, depois de algum tempo, para Lisboa, onde foi recebido pela Rainha. No seu retorno, não deixou passar a oportunidade de estreitar os contatos que fizera, enviando presentes luxuosos para a corte, como uma embarcação com “algumas coisas curiosas para a história natural” (AHU, Brasil Limites, cx. 3, doc. 253). Mesmo em um momento em que o Estado vinha se consolidando e o paradigma corporativo cada vez mais perdia sentido naquela fronteira, os poderes centrais ainda estavam amarrados pela elite local (Hespanha, 1998).

As articulações com os demais poderes da fronteira eram igualmente buscadas. Era aí que entrava a estratégia familiar. Rafael foi herdeiro de uma política de casamentos muito bem arranjada desde antes de seu pai, Francisco Pinto Bandeira. A consequência disso foi uma presença marcante da família em diversas regiões da capitania do Rio Grande, especialmente em Triunfo, Encruzilhada e Caí, onde detinham os postos de Capitão de Distrito, mas também com a posse de numerosas propriedades na grande maioria das freguesias. Este fenômeno se deu especialmente ao longo das décadas de 1780 e 1790, quando o Capitão de Dragões Carlos José da Costa e Silva se casou com a última irmã solteira de Rafael. Evaristo Pinto Bandeira se casou com Cristina Menezes, de uma família com forte presença nos negócios de gado.

Os irmãos de Rafael acabaram se casando com alguns dos melhores estratos sociais lusos disponíveis na região, enquanto o próprio, num primeiro momento, buscou uniões junto aos minuanos e guaranis. Seu casamento com a minuana Bárbara Vitória significou a continuidade de uma aliança fundamental para a manutenção dos poderes locais, como vimos anteriormente. Mas não somente Rafael manteve contatos desta natureza com estes grupos. Custódio Ferreira, seu cunhado, teve filhos bastardos com indígenas, sem que saibamos identificar os grupos. Parece que esta estratégia rendeu belos frutos políticos já que, durante a década de 1780, Custódio era uma forte autoridade no Distrito do Caí, onde foi responsável por prisões e solturas, ameaças, casamentos forçados, entre outras demonstrações de força, que fizeram inclusive com que muitos moradores saíssem daquelas paragens (AN, cód. 104, vol. 09; Gil, 2003).

A mesma turbulência sentida pelos moradores do Caí, atemorizados por Custódio, se fazia sentir em outros grupos. Assim foi a relação de Rafael com alguns negociantes de Rio Grande e São José do Norte. No seu comércio de contrabando, o Coronel precisava escoar a sua “produção”, para com o que contava com a colaboração de diversos negociantes, com os quais igualmente negociava embarcações. Assim foi, por exemplo, a relação com José Vieira da Cunha, que, a despeito de ter negociado uma canoa e outras mercadorias com Pinto Bandeira, teve uma porção de couros de contrabando confiscada por volta de 1787 pela mesma autoridade. Os membros do bando de Rafael garantiam o livre trânsito das mercadorias que vendiam aos negociantes de couro e tropeiros de gado, o que nem sempre ocorria.

As cartas do oficial espanhol José de Varella y Ulloa igualmente apontam a relação de Rafael com outros negociantes. O espanhol acusa Rafael de ter várias canoas, e uma, particularmente, teria sido comprada de um tal “Fraga”, que provavelmente era o negociante da

Vila de Rio Grande José da Rosa Fraga, que fora acusado de contrabando em 1787 por Francisco de Azevedo Pimentel, que também acusou José Vieira da Cunha e Jerônimo Xavier de Azambuja como interessados naquele negócio. Jerônimo era primo de Rafael (AN, cód. 104, vol. 06). Estas acusações foram ouvidas em uma Devassa feita em 1787. Se tomarmos o conjunto das denúncias, percebemos que se erguia um grupo de negociantes com fortes interesses no contrabando, não vinculados ao bando de Rafael, e que se ressentiam um tanto da “pujança” daqueles poderes locais. Parte destes negociantes já estava bem consolidada em seu ramo de atividade, mas, como veremos adiante, ainda eram pequenos, se comparados ao que seriam 20 anos mais tarde.

Como podemos compreender os vínculos sociais que garantiam esta paisagem hierárquica? Como redes sociais? Num sentido amplo, podemos entender as redes como vínculos diversos que ligam os agentes de forma direta e indireta. Estas ligações podem ser densas ou amplas, como assinala Burt (2001). São densas quando os membros de um grupo têm amplo conhecimento e controle (ainda que desigual) sobre seus pares. As redes amplas existem quando sujeitos de diferentes redes densas articulam contatos com membros de outras redes densas, funcionando como “mediadores”. Esta abstração pode ganhar força se incorporamos a noção de escala. Um grupo de irmãos pode ser uma rede densa dentro de uma família que, por sua vez, pode ser uma rede densa dentro de uma pequena comunidade que, por sua vez, pode ser entendida (se todos os moradores se conhecem) como uma rede densa dentro de uma região maior.

Neste sentido podemos, como faz Imízcoz (1996), entender família, clientela e laços de amizade como se fossem redes, como uma abstração razoável. Mas, de forma mais estrita, uma rede é composta por vínculos não estruturais (ao contrário da família e da clientela numa sociedade de Antigo Regime, por exemplo) que são considerados nas estratégias dos sujeitos, marcando e monitorando seu comportamento. Entendidas assim, elas cruzam diferentes vinculações estruturais, sendo perceptíveis exatamente quando “funcionam”. O simples ato de um filho visitar seu pai não se constitui como uma rede, mas como um ato próprio do grupo familiar. Todavia, se esta visita celebra um cargo que o pai conseguiu para o filho, sim. Neste sentido, as redes crescem em campos cultivados por relações pretéritas, que podem ser inclusive familiares, de amizade (em diversos espaços de contato, como escolas, salões, companhias militares, etc.) ou de clientela, sem que aquelas relações passadas percam, necessariamente, seu próprio caráter. Caso contrário, tudo seriam redes, o que tornaria o conceito pouco útil como instrumento de análise (Boissevain, 1979; Burt,

2001; Dedieu, 2005; Fernández Pérez, 1997; Imízcoz, 2004; Mitchell, 1974; Sobel, 2002).

Quando falamos de vínculos estruturais, estamos nos referindo àquelas identidades mais rígidas que organizam o mundo e são entendidas como naturais, como a família e a clientela durante o Antigo Regime europeu. Estas duas formas, bastante normais naquele contexto, restringiam em muito aqueles que poderiam integrá-las. Os vínculos consanguíneos eram extremamente importantes e o parentesco fictício era estrategicamente avaliado. Um matrimônio, por exemplo, restringia fortemente os nubentes. Minimamente, eles deveriam ser de sexos opostos e de estratos sociais afins, sem falar em outras restrições sociais, que poderiam ser imensas. Por outro lado, a clientela pressupunha desigualdade social e o acordo entre as partes, o que variava entre o número de clientes e senhores disponíveis em cada contexto, que poderia ser bastante restrito.

Por seu turno, as redes sociais também são importantes para organizar o mundo. Neste sentido, é possível entendê-las como *estruturantes*. Todavia, este tipo de relação não era naturalizado ou sacralizado, ao contrário da família. Os limites de quem são os parentes ou os clientes eram bem menores que os limites para a construção de redes, já que estes podem incluir aqueles e outros, e é exatamente nesta flexibilidade que reside a eficácia deste tipo de relação. Uma rede pode cruzar parte da família, parte da clientela e acrescentar outros agentes. A diferença, em última instância, está no espaço disponível para a agência humana.

Existem excelentes trabalhos que associam família e rede, marcando uma postura distinta da nossa. Exemplo disso é o trabalho de José María Imízcoz. Em seu estudo sobre as elites bascas no século XVIII, ele ressalta a densidade dos laços familiares naquela sociedade. O autor analisa a forma como grupos familiares de negociantes conseguiram, através das redes sociais, incrementar seus negócios, dispondo, especialmente, de contatos junto à Coroa. A família, para ele, é um campo privilegiado para a construção de redes, na medida em que o parentesco funcionava como caução para negócios internos, como a concessão de empréstimos e de postos de trabalho. O parentesco, contudo, não garantia a manutenção da rede. Era preciso que ela funcionasse:

En definitiva, aquella dinámica se apoyaba especialmente sobre la base de los lazos preexistentes del grupo familiar. Sin embargo, no se aplicaba de una forma mecánica, ni cerrada, sino todo lo contrario. La acción no se apoyaba en lazos nominales o virtuales, sino en relaciones efectivas, y en la medida en que éstas funcionaban realmente. Las relaciones más seguras y

que más peso aguantaban eran aquellas que se habían forjado en el fuego de la acción y que habían probado, al filo del tiempo, su lealtad y eficacia. Estas relaciones se convertían en los pilares más estables, seguros y constantes de la economía de la familia y parentela (Imízcoz, 2003).

Também Paloma Fernández centra sua análise nas relações familiares que davam suporte ao comércio gaditano no século XVIII. O parentesco servia para a própria “seleção” de novos sócios e parceiros, através do matrimônio e da manutenção de relações sogro-genro, num modelo onde casamento e comércio estavam profundamente relacionados (Fernández Pérez, 1997).

Tanto Imízcoz como Fernández investigam elites mercantis, o que parece favorecer o argumento das estratégias familiares como frutíferas para a construção e manutenção de elites. Estas abordagens, de algum modo, acabam dando importância menor para as relações verticais ou mesmo aquelas construídas através de outras formas, seja em espaços como o *front*, o simples convívio diário em atividades laborais ou outros espaços de convivência e troca de informações. Mesmo que concordemos com Imízcoz que os vínculos de parentesco eram os mais imediatos e densos, é preciso acrescentar que havia densidades diferentes para parentescos distintos, sem falar no acúmulo de outras afinidades entre os agentes, que propiciaria a criação de grupos mais fechados dentro das famílias.

A família Pinto Bandeira e seu bando podem ser entendidos como uma rede, mesmo no sentido estrito da expressão. A densidade deste grupo era tamanha que até mesmo os membros menos tempestuosos eram temidos por seus vínculos parentais. Da mesma forma, os cargos políticos ocupados por Rafael eram de certo modo divididos com os demais membros, inclusive escravos e peões. Todavia, esta era uma rede densa dentro do continente do Rio Grande, um cenário que reunia várias localidades, numa grande escala. O próprio grupo reunia redes ainda mais densas, como o conjunto formado por Rafael, Custódio, Vasco, Evaristo e outros, rede da qual as mulheres, por exemplo, estavam visivelmente afastadas. Estas eram fundamentais nas costuras externas da família, especialmente atuantes como esposas e madrinhas (Hameister, 2006).

A rede mais densa formada por Rafael, irmãos e cunhados poderia se expandir incluindo outros homens. Os acampamentos militares da década de 1770, durante a reconquista lusa de territórios, por exemplo, foram momentos especialmente produtivos na criação de vínculos não estruturais, onde laços mais fracos se reforçaram, mesmo entre desiguais, permitindo um crescimento da base social de Rafael. A própria interação no contrabando e uma contínua política de reciprocidade eram igualmente

espaços de criação e manutenção de laços não estruturais (Gil, 2003)

Um risco que se corre ao se trabalhar com redes é considerar como natural, no modelo, a participação de todos os seus integrantes. É preciso indagar por que aquelas pessoas, e não outras, possíveis, faziam parte daquele grupo e não de outro. Neste sentido, é interessante incorporar ao modelo grupos que ficaram ausentes da rede, na tentativa de descobrir as opções feitas pelos membros e seus limites. Se abordarmos apenas quem faz parte da rede, o resultado se torna óbvio e a tendência é a naturalização daquele fenômeno. Se, por outro lado, pensamos em quem faz parte ou não das redes em diferentes escalas, como no caso que citamos das mulheres da família Pinto Bandeira, podemos incorporar novos elementos ao nosso modelo, como questões de gênero, por exemplo, sem falar na própria ideia de escala, sofisticando nossa abordagem. Assim poderemos, cada vez mais, evitar a criação de “latas de lixo para dados indesejáveis”, como disse Fredrik Barth (2000).

Sobre costuras e remendos: a dinâmica dos vínculos das elites locais

Em 1795, Rafael Pinto Bandeira morreu. É possível verificar o impacto desta morte no bando. Ainda que seus membros continuassem figuras de respeito e autoridade no governo local, a família já não tinha condições de impor projetos como antes, necessitando cada vez mais de outros grupos para amarrar alianças. Era o próprio “capo” que unia os diversos pontos que davam sustentação ao bando. Com a morte de Rafael, as lideranças familiares se ocuparam cada vez mais em reforçar vínculos específicos. A herança política e militar coube em maior medida ao primo de Rafael, Manuel Marques de Souza, enquanto que a liderança mercantil parece ter sido repassada ao irmão mais novo, Vasco. Em um requerimento do início do XIX, Manuel Marques coordena um pedido que reunia mais de 160 pessoas, incluindo o próprio Vasco e um antigo rival/parceiro, José Vieira da Cunha. O bando, em si mesmo, sofre uma enorme deformação, indicando o quão conjunturais são as redes sociais, e como são resultados diretos da ação humana (Hameister e Gil, 2007; Kuhn, 2006; Comissoli, 2006).

Outros indícios reforçam este cerzido e o tingem com outras cores. Se tomarmos as dívidas relatadas nos inventários *post-mortem* da Vila de Rio Grande e de outras próximas, encontramos novamente a ligação dos membros da família Pinto Bandeira com outros grupos, desta vez, especialmente com negociantes do comércio de cabotagem Rio Grande – Rio de Janeiro, mas não apenas estes. Estes

dados, por outro lado, têm como cenário uma relação ainda mais intensa e, agora, mais equilibrada. Os negócios, especialmente os de contrabando, iniciados na década de 1780 chegam à primeira década do XIX com uma força cada vez maior. Uma representação simplificada daqueles vínculos pode ser útil para mapear com clareza as redes mantidas naqueles anos, criadas a partir dos contatos realizados duas décadas antes, quando Rafael ainda era vivo.

O gráfico apresentado na Figura 2 é uma versão resumida do conjunto de dívidas existentes nos inventários *post-mortem* de Rio Grande no início do XIX. Foram mantidos apenas os sujeitos que mantinham relações que alinhavavam os contatos, unindo diversas e pequenas redes densas dentro desta rede densa maior. Todavia, duas exceções foram feitas, dois extremos foram incluídos: Agustin Belgrano e João Gomes Barroso, como se vê na Figura 2.

Belgrano era filho de Domingo Belgrano Perez, grande homem de negócio da praça de Buenos Aires na segunda metade do XVIII. Ele fora igualmente comandante de fronteira espanhol, atuando na chamada Banda Oriental, ainda em finais do XVIII. Seu irmão, Manuel, foi um dos principais articuladores da formação das Províncias Unidas do Rio da Prata e uma das figuras mais aclamadas da história argentina (Moutoukias, 2002).

O Coronel João Gomes Barroso, por seu turno, era de uma tradicional família de negociantes do Rio de Janeiro. Os negócios desta família incluíam o tráfico atlântico de escravos, o comércio com Portugal e com a Ásia, investimentos em companhias seguradoras, navios, ações do Banco do Brasil, açúcar e outros. Ela interligava praticamente todo o Império luso com seu comércio e se constituía num dos grupos econômicos mais poderosos do Atlântico (Fragoso, 1998).

Fato é que duas tradicionais famílias de mercadores, os Belgrano e os Gomes Barroso, acabavam se encontrando no emaranhado de relações densas da família Pinto Bandeira ou, melhor ainda, do que restou daquele bando, especialmente através dos contatos mantidos e reproduzidos por Vasco, o irmão mais jovem. Mas o gráfico ainda aponta outros detalhes interessantes: a grande maioria dos sujeitos ali presentes era constituída pelos mercadores mais expressivos da região. Como se trata de uma cadeia de dívidas, nada muito surpreendente.⁵ Mas interessa perceber como se deu a fusão do antigo bando com estes novos membros da elite local. Até onde sabemos, tal amálgama não se deu através de casamentos, ou mesmo de compadrios. Vasco, um dos seus principais “criadores”, sequer foi casado. Toda a costura do grupo se deu na manu-

tenção dos negócios diários, inicialmente de contrabando, entre os seus diversos pontos, numa dimensão cada vez maior. Os papéis de Vasco e de José Ferreira de Araújo eram os que davam liga ao grupo, mantendo relações com praticamente todos. Ainda assim, são figuras como José Vieira da Cunha, Domingos Rodrigues e José Álvares Lagoa que garantem a densidade do grupo, reforçando e multiplicando os vínculos individuais.

A densidade do grupo é visível na forma como os agentes estão inter-relacionados e conectados direta e indiretamente. Se lançarmos mão da noção de escala, como discutimos antes, percebemos que se trata de uma rede densa dentro da rede ampla de credores/devedores que existia na pequena Rio Grande de inícios do XIX que, por sua vez, era uma rede densa de interlocutores econômicos se considerarmos as vinculações econômicas daquela localidade no mercado atlântico e no conjunto do Império luso. Vejamos de perto o formato da rede ampla na qual estava inserida aquela rede densa formada por Vasco Pinto Bandeira, José Ferreira de Araújo e seus pares.

Nesta figura, aparecem os diversos interlocutores que engrossavam o conjunto de relacionamentos de cada um daqueles agentes mencionados na Figura 2. Sua aparente desordem nos permite visualizar quão denso é o grupo mencionado. As principais convergências de vínculos se dão exatamente onde estão os pontos que representam Vasco Pinto Bandeira, José Ferreira de Araújo, José Vieira da Cunha, Domingos Rodrigues, José Álvares Lagoa, Antonio Francisco dos Anjos, Manuel Ferreira Nunes, Antonio Rodrigues Fernandes Braga e Nicolau Cosme dos Reis, que se relacionavam entre si e através de si.

O significado destes vínculos pode ser reafirmado nos valores manejados (devidos) entre aqueles sujeitos. Vasco devia duas contas que somavam 3.822\$241 para José Ferreira de Araújo, afora seus dois empenhos com José Vieira da Cunha, um no valor de 556\$000. Por sua vez, Vasco era credor de 211\$125 de Agostinho Belgrano, de uma venda de tabacos, que provavelmente chegaram ao negócio por intermédio de algum negociante com trato no Rio de Janeiro, talvez o mesmo Ferreira de Araújo ou Manuel Ferreira Nunes, que possuía uma sociedade que explorava o comércio Rio Grande – Rio de Janeiro, inclusive com couros e tabacos. Ferreira de Araújo era devedor de 7.348\$975 ao Coronel João Gomes Barroso e possuía um crédito no valor de 2.713\$568 de Antonio Francisco dos Anjos. Tanto Domingos Rodrigues como José Álvares Lagoa aparecem na posição de devedores dos demais negociantes, ainda que atuassem como fornecedores de mercadorias contrabandeadas desde os anos 1780.

⁵ Sobre crédito e mercadores, ver: Braudel (1998); Fragoso e Florentino (2001); Rosenthal et al. (1992) e Sampaio (2001).



Figura 2. Representação gráfica de uma rede de credores e devedores, Rio Grande, início do século XIX.

Figure 2. Graphic representation of a network of lenders and debtors, Rio Grande, early XIX century.

Fonte: Inventários *post-mortem* do 1º Cartório de Órfãos e Ausentes e do 2º Cartório Cível de Rio Grande, 1800-1810.

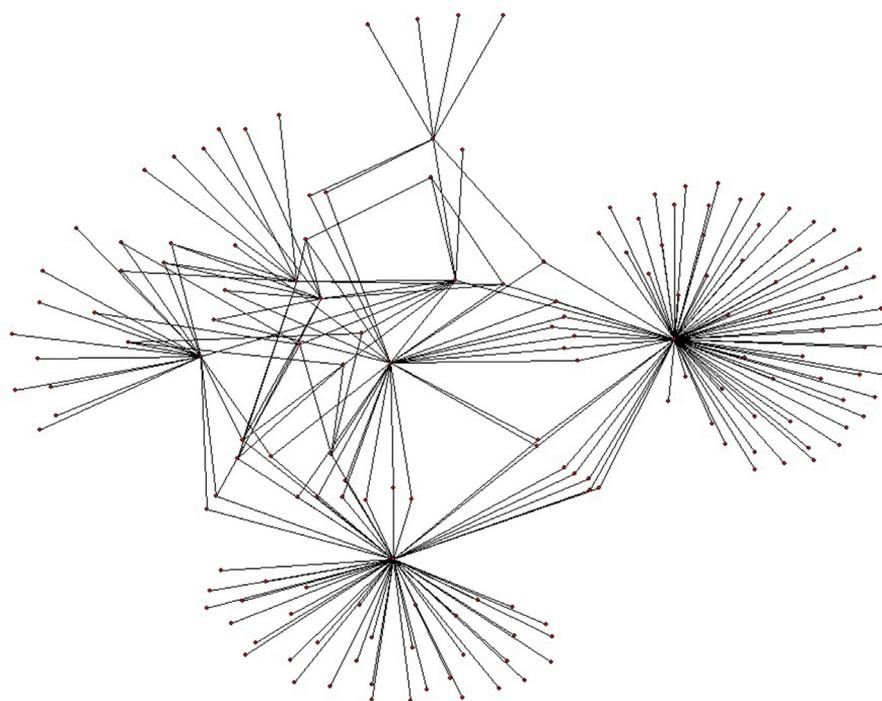


Figura 3. Representação gráfica do conjunto de credores/devedores (em inventários *post-mortem*) da vila de Rio Grande no início do século XIX.

Figure 3. Graphic representation of the group of lenders and debtors (in post-mortem inventories) of Rio Grande town, early XIX century.

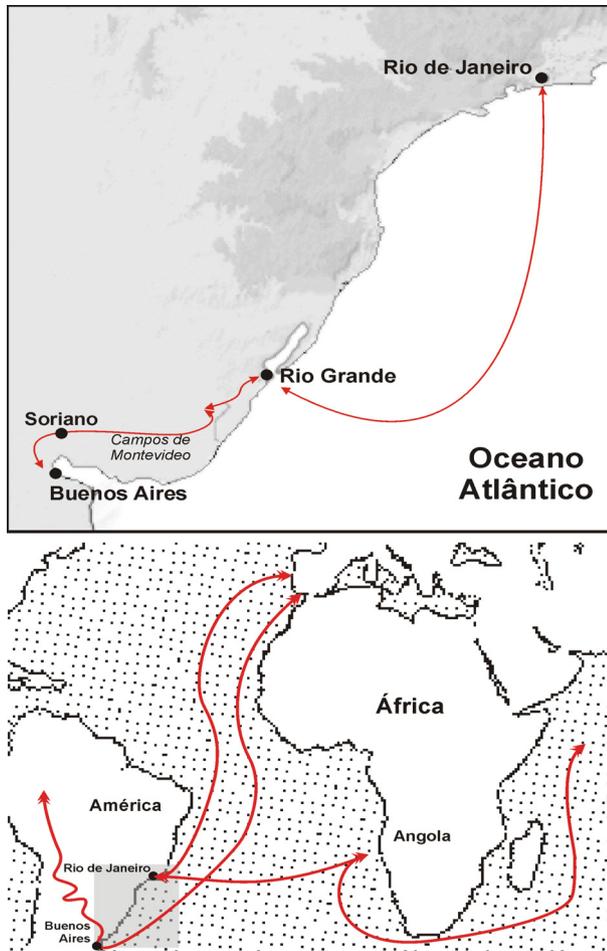


Figura 4. Conexões mercantis da rede de negociantes da Fronteira do Rio Grande e sua repercussão atlântica e mundial (início do século XIX).

Figure 4. Merchant connections of the network of traders at the Rio Grande Frontier and their Atlantic and worldwide repercussions (early XIX century).

Vasco se sobressai nesta teia mantendo os principais contatos. Se, nos anos 1780, a família Pinto Bandeira liderava um complexo bando através de seu líder, Rafael, garantindo seu poder através de uma política de matrimônios eficiente, no início do XIX aquela formação do século anterior precisou se mesclar de um modo a quase perder a identidade e a densidade *oikonomica*. A mudança foi tamanha que as próprias estratégias e possibilidades de ação do grupo foram colocadas em xeque. Vasco, o único que não se casou, acabou tomando a frente dos negócios, mantendo cada vez mais contatos com os negociantes emergentes em detrimento dos negócios familiares, como se percebe na análise de seu inventário *post-mortem*. Ao mesmo tempo, ele pouco conseguiu herdar da base social de Rafael.

Aquelas eram opções que, em outro tempo, seriam desastrosas, mas que garantiram a Vasco uma das situações econômicas e sociais mais confortáveis do início do século. Somente em dívidas ativas possuía mais de 10 contos de réis, sem falar nos vínculos com as elites platinas e nas suas proximidades com o Rio de Janeiro (APERGS, Inventário de Vasco Pinto Bandeira, 1º CCRG, nº 7, maço 1). Os vínculos não estruturais, baseados no convívio diário de Vasco no manejo do comércio, foram mais importantes que as articulações familiares, ainda que fossem estas as que permitiam a Vasco participar daquele convívio. Talvez o fato de ser o mais jovem lhe proporcionava uma estratégia diferenciada. Mas, ainda que seu cálculo estivesse dentro da perspectiva familiar, foi sua atuação que garantiu certa continuidade do prestígio de seu ramo, pelo menos por mais alguns anos, até sua morte, em 1806. Sua trajetória nos apresenta um mundo em transformação: o corporativismo vai perdendo espaço para novas formas de fazer negócio, um pouco menos familiares, e a emergência dos negociantes como elite local nos faz perceber uma nova ordem, onde as experiências mercantis “impessoais” (por falta de expressão melhor) ou menos familiares começam a aparecer com maior fôlego.

Uma malha de negócios de couro se estendia do Rio da Prata ao Rio de Janeiro, viabilizada por grande investimento em relações de diversas naturezas que alinhavavam os extremos e davam densidade àquela trama. Qualquer leve movimento na teia alertava todos os seus pontos: uma simples apreensão de couros acabou reverberando em Buenos Aires, Rio de Janeiro, Lisboa e Madrid, para daí tornar à Banda Oriental do Rio da Prata, onde guaranis, minuanos, portugueses e espanhóis seguiam tratando de suas vidas, de seus contrabandos e de suas formas de aliar-se em meio a um período de visível transformação e insegurança.

A família e a clientela foram fundamentais para a criação e manutenção dos vínculos necessários para operar nestes espaços. Como pudemos ver, setores das elites locais investiram com muito refinamento neste tipo de relações, erguendo contatos privilegiados com parcelas importantes de seus pares e com diversos grupos que se transformariam numa sólida base social. Uma base tão ampla quanto necessária, que garantia não apenas vitórias no campo militar e respeito público, mas também uma relativa liberdade para diversas atividades ilícitas, as quais, por seu turno, ampliavam ainda mais os recursos daquelas elites, numa espiral ascendente.

As possibilidades de ação daquelas elites não se limitavam ao parentesco e às relações clientelares. Vínculos não estruturais eram indispensáveis para a manutenção da sua base social, construídos e mantidos em diversos espaços, como no *front*, em atividades laborais legais e ilegais, dentre outras rotinas e locais de convivência. Em

um contexto de transformação, estes vínculos foram de extrema importância, permitindo àquelas elites uma relativa adaptação e garantindo sua preservação no mando local por maior tempo.

Referências

- BARTH, F. 2000. *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro, Contracapa, 243 p.
- BOISSEVAIN, J. 1979. Network analysis: a reappraisal. *Current Anthropology*, **20**(2):392-394. <http://dx.doi.org/10.1086/202277>
- BRAUDEL, F. 1998. *Civilização material, economia e capitalismo: os jogos das trocas*. São Paulo, Martins Fontes, 590 p.
- BURT, R. 2001. Bandwidth and echo: trust, information, and gossip in social networks. In: A. CASSELLA; J. RAUCH, *Networks and markets: contributions from Economics and Sociology*. New York, Russell Sage Foundation, p. 30-74
- COMISSOLI, A. 2006. Os "homens bons" e a Câmara de Porto Alegre (1767-1808). Niterói, RJ. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal Fluminense, 192 p.
- CONI, E. 1942. *El gaucho: Argentina, Brasil, Uruguai*. Buenos Aires, Ediciones Solar, 242 p.
- DEDIEU, J.P. 2005. *Pour une approche relationnelle de l'épiscopat: l'Espagne du XVIIIe siècle*. Bourdeaux, PUB, 230 p.
- FERNÁNDEZ PÉREZ, P. 1997. *El rostro familiar de la metrópoli: redes de parentesco y lazos mercantiles en Cadiz, 1700-1812*. Madrid, Siglo XXI, 336 p.
- FLORENTINO, M. 1997. *Em costas negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro - séculos XVIII e XIX*. São Paulo, Companhia das Letras, 305 p.
- FRAGOSO, J.; FLORENTINO, M. 2001. *Arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária em uma economia colonial tardia*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 259 p.
- FRAGOSO, J.L.R. 1998. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 403 p.
- GELMAN, J. 1998. *Campesinos y estancieros*. Buenos Aires, Editorial Los Libros del Riel, 278 p.
- GIL, T.L. 2003. *Infieis transgressores: os contrabandistas da fronteira (Rio Grande e Rio Pardo, 1760-1810)*. Rio de Janeiro, RJ. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 220 p.
- HAMEISTER, M.D. 2006. *Para dar calor à nova povoação: Estudo sobre estratégias sociais e familiares a partir dos registros batismais da Vila do Rio Grande (1738-1763)*. Rio de Janeiro, RJ. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 430 p.
- HAMEISTER, M.D.; GIL, T. 2007. Fazer-se elite no Extremo-sul do Estado do Brasil: uma obra em três movimentos. Continente do Rio Grande de São Pedro (século XVIII). In: J. FRAGOSO; A.C.J. de SAMPAIO; C. ALMEIDA, *Conquistadores e negociantes: história de elites no Antigo Regime nos trópicos. América Lusa, séculos XVI a XVIII*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, p. 265-310.
- HESPANHA, A.M. (org.). 1998. *História de Portugal: o Antigo Regime*. Lisboa, Estampa, 440 p.
- IMÍZCOZ, J.M. 1996. Comunidad, red social y élites. Un análisis de la vertebración social en el Antiguo Régimen. In: J.M. IMÍZCOZ, *Elites, poder y red social: las élites del País Vasco y Navarra en la Edad Moderna*. Bilbao, Universidad del País Vasco, p. 13-50.
- IMÍZCOZ, J.M. 2003. Parentesco, amistad y patronazgo: la economía de las relaciones familiares en la Hora Navarra del siglo XVIII. In: C. FERNÁNDEZ; A. MORENO, *Familia y cambio social en Navarra y País Vasco: siglos XIII al XX*. Pamplona, Instituto de Ciencias para la Familia, p. 165-216.
- IMÍZCOZ, J.M. 2004. Actores, redes, procesos: reflexiones para una historia más global. *Revista da Faculdade de Letras - História (Porto, Portugal)*, **5**:115-140.
- KÜHN, F. 2006. *Gente da fronteira: família, sociedade e poder no sul da América Portuguesa - século XVIII*. Niterói, RJ. Tese de Doutorado. Universidade Federal Fluminense, 479 p.
- MITCHELL, J.C. 1974. Social networks. *Annual Review of Anthropology*, **3**:279-299. <http://dx.doi.org/10.1146/annurev.an.03.100174.001431>
- MIZRUCHI, M.; MARQUIS, C. 2006. Egocentric, sociocentric, or dyadic? Identifying the appropriate level of analysis in the study of organizational networks. *Social Networks*, **28**:187-208. <http://dx.doi.org/10.1016/j.socnet.2005.06.002>
- MOUTOUKIAS, Z. 2002. Réseaux de négociants ou réseaux ego centrés: une approche méthodologique. In: P.Y. BEAUREPAIRE; D. TAURRISSON, *Les ego documents à l'heure de l'électronique*. Montpellier, Université de Montpellier, p. 447-468.
- OSÓRIO, H. 2007. *O império português no sul da América: estancieiros, lavradores e comerciantes*. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 321 p.
- PAULA CIDADE, F. de. 1948. *Lutas, ao sul do Brasil, com os espanhóis e seus descendentes (1680-1828)*. Rio de Janeiro, Biblioteca Militar (Bibliex), 241 p.
- ROSENTHAL, J.-L.; POSTEL-VINAY, G.; HOFFMAN, P. 1992. Private credit markets in Paris. *The Journal of Economic History*, **52**(2):293-306.
- SAMPAIO, A.C.J. de. 2001. Os homens de negócios do Rio de Janeiro e sua atuação nos quadros do Império Português. In: J.L.R. FRAGOSO; M.F. BICALHO; M. de F. GOUVEIA, *O Antigo Regime nos Trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, p. 73-105.
- SILVA, A. da. 1999. *Rafael Pinto Bandeira: de bandeiro a governador: relações entre os poderes privado e público no Rio Grande de São Pedro*. Porto Alegre, RS. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 164 p.
- SOBEL, J. 2002. Can we trust social capital? *Journal of Economic Literature*, **40**(1):139-154. <http://dx.doi.org/10.1257/jel.40.1.139>

Fontes primárias

- ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (APERGS). 1800-1810. Inventários *post-mortem* do 1º Cartório de Órfãos e Ausentes e do 2º Cartório Cível de Rio Grande. Porto Alegre.
- ARQUIVO NACIONAL (AN). Códice 104. Vols. 06, 08 e 09. Códice 68. Vol. 02. Rio de Janeiro.
- ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO (AHU). Brasil Limites. Cx. 3, doc. 253. Rio Grande do Sul. Cx. 3. doc. 291. (Projeto Resgate).
- ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL, PORTO ALEGRE (AHRs). Códices da Real Fazenda. F1244. 188.
- ARCHIVO GENERAL DE INDIAS (AGI, GOB-BSAS). Buenos Aires. Processos 070, 073, 333 e 334. Sevilla.

CABRER, J.M. 1801. *Diario de la Segunda Subdivisión de Límites Española*. Rio de Janeiro, Arquivo Histórico do Itamaraty.
CONCOLORCORVO. (Don Calixto Bustamante Carlos). 1942. *El Lazarillo de Ciegos Caminantes. Desde Buenos Aires hasta Lima – 1773*. Buenos Aires, Ediciones Solar.
INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO (IHGB). DL 47, 05. Rio de Janeiro.
OYARVIDE, A. de. 1866. *Diario de demarcación*. In: C. CALVO, *Recueil Historique Complet des traités*. Paris.
RELATÓRIO APRESENTADO AO GOVERNO DE LISBOA PELO VICE-REI LUIS DE VASCONCELOS, EM OUTUBRO DE 1784, SOBRE O RIO GRANDE DO SUL. 1929.

Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (RIHGRGS), Porto Alegre, ano IX, p. 28.
OFÍCIO DO VICE-REI SOBRE O RIO GRANDE DE SÃO PEDRO. 1929. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (RIHGRGS)*, Porto Alegre, ano IX.

Submissão: 15/02/2014

Aceite: 18/03/2014